

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
PÚBLICA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DE  
DELEGADO DE POLÍCIA

**DIREITO PENAL**

01 – O Delegado de Polícia Carlos lavra durante o plantão do 1º. Distrito Policial da Capital de 15/01/2005 um boletim de ocorrência referente a uma agressão a faca praticada por Cláudio contra Josias. O fato ocorre na festa de aniversário de Cláudio, cerca de vinte minutos antes deste completar a maioridade penal, em virtude de uma briga havida entre ambos, sendo verdade que Cláudio desferiu oito facadas no tórax e abdômen de Josias. Cláudio foge do local e Josias é socorrido à Santa Casa local, aonde vem a óbito 5 horas após a internação. O Delegado de Polícia João da Silva deverá: (A Delegacia de Homicídios investiga crimes contra a vida e a Delegacia Especializada de atendimento à Infância e Juventude a conduta de menores)

- A) Registrar o fato como crime de lesão corporal seguida de morte e enviar o boletim de ocorrência para a Delegacia Especializada de atendimento à Infância e Juventude.
- B) Registrar o fato como ato infracional de homicídio e enviar o boletim de ocorrência para a Delegacia Especializada de atendimento à Infância e Juventude.
- C) Registrar o fato como ato infracional de homicídio e enviar o boletim de ocorrência para a Delegacia de Homicídios.
- D) Registrar o fato como crime de homicídio e enviar o boletim de ocorrência para a Delegacia Especializada de atendimento à Infância e Juventude.
- E) Registrar o fato como crime de homicídio e enviar o boletim de ocorrência para a Delegacia Especializada de Homicídios.

02 - João da Silva, proprietário de uma rede de postos de gasolina, pretende suprimir o pagamento de tributos, e para tanto deixa de lançar operações comerciais de venda de derivados de petróleo que realizou em livro fiscal obrigatório. O Delegado Cláudio recebe a *notitia criminis* dessa conduta de João, e instaura o competente inquérito policial para cabal apuração dos fatos. A conduta de João resta provada, inclusive com perícias fiscais e contábeis, não restando dúvida da atividade criminosa de João. O Delegado Cláudio deverá indiciar João pela prática de crime:

- A) Previsto no art. 1º da Lei 8137/90, que constitui crime contra a ordem tributária.
- B) Previsto no art. 2º da Lei 8176/1991, que define crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matérias primas pertencentes à União.
- C) Previsto no art. 1º da Lei 8176/1991, que define crime contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoque de Combustíveis.
- D) Previsto no art. 7º da Lei 8137/90, que constitui crime contra as relações de consumo.
- E) Previsto no art. 4º da Lei 8137/90, que constitui crime contra a ordem econômica.

03 – Em 15/12/2005, ocorre em toda região norte do país forte estiagem, ocasionando situação de calamidade pública pela falta de chuva. As reservas de água dos Estados afetados alcançam níveis baixos, faltando inclusive água potável para a população. Em virtude do período anormal, é editada lei que tipifica a conduta de uso desnecessário de água. Em 15/01/2006 a estiagem acaba, com a chegada de chuvas, normalizando por completo o abastecimento da água na região afetada, ocasionando a auto-revogação da lei que tipificou a conduta de uso desnecessário de água. Em 18/12/2005, João da Silva é flagrado lavando seu carro e responsabilizado por tal conduta. Em 15/01/2006, o processo referente à conduta de João da Silva está em fase de instrução criminal.

- A) Por força dos efeitos da *abolitio criminis* o processo é arquivado imediatamente.
- B) O processo continua seu curso normal, mesmo com a revogação da lei.
- C) Por força dos efeitos da *novatio legis in mellius* e do *abolito criminis* simultaneamente o processo é arquivado imediatamente.

- D) Por força dos efeitos da *novatio legis in melius* o processo é arquivado imediatamente.  
E) N. D. A.

04 – São crimes hediondos, previstos na Lei 8072/90:

- A) Epidemia com resultado morte (art. 267, § 1o). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994).  
B) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1o, § 1o-A e § 1o-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998), Tráfico de Entorpecentes (Lei 6368/76).  
C) Homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2o, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Latrocínio (art. 157, § 3o, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2o); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Tortura (Lei 9455/97).  
D) Extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1o, 2o e 3o); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994), Terrorismo.  
E) Todas acima estão corretas.

05 – José é vizinho de Pedro e Maria. O casal tem um filho de três anos. A criança é tratada com rispidez e desatenção pelos pais. José, inconformado, e visando minimizar os sofrimentos do menor, subtrai-o dos pais e o coloca para morar com um casal de amigos, que trata a criança com muito amor, carinho e atenção. Os pais da criança, ao tomar conhecimento da conduta de José, comparecem perante a Autoridade Policial, trazendo a notícia do crime. José não é localizado nesse momento. Deve o Delegado de Polícia:

- A) Registrar o fato como seqüestro e cárcere privado, previsto no art. 148 do CP, iniciando imediatamente os trabalhos de apuração de infração penal e de busca da criança.  
B) Registrar o fato como subtração de incapazes, previsto no art. 249 do CP, iniciando imediatamente os trabalhos de apuração de infração penal e de busca da criança.  
C) Levar o fato ao conhecimento do Ministério Público no prazo de cinco dias, para o devido parecer ministerial.  
D) Registrar o fato como subtração de incapazes, previsto no art. 237 da Lei 8069/90, iniciando imediatamente os trabalhos de apuração de infração penal e de busca da criança.  
E) Determinar aos seus agentes que procedam a diligências visando verificar se a família para quem a criança foi entregue possui os requisitos exigidos pela Lei 8069/90 para ser uma família substituta.

06 – Diodata, solteira, nascida aos 15/12/1969, mediante grave ameaça, materializada pelo uso de arma de fogo, constringe José à conjunção carnal, obrigando-o a ingerir um comprimido de estimulante sexual. A conduta de Diodata é:

- A) Prevista no art. 213 do CP – Estupro.  
B) Prevista no art. 146 do CP – Constrangimento ilegal.  
C) Prevista no art. 216-A do CP – Assédio Sexual.  
D) Atípica.  
E) Prevista no art. 214 do CP – Atentado violento ao pudor.

07 – Anacleide, brasileira, branca, nascida aos 15/12/1991, natural de Pijuri/SE, estudante, é aliciada por José, dono de uma agência de modelos, a participar de uma festa, aonde Anacleide é induzida a satisfazer a lascívia dos convidados, amigos de José. Para induzir a menina, José promete-lhe dinheiro em espécie e a possibilidade de vir a trabalhar como modelo em sua agência. Anacleide, em virtude das promessas, mantém relações sexuais com diversos convidados naquela festa. Dias depois da festa, os pais de Anacleide tomam ciência do fato, e comparecem na Delegacia de Polícia, trazendo a notícia do crime. O Delegado de Polícia deverá:

- A) Registrar a ocorrência como estupro, previsto no art. 213 do CP c/c violência presumida, prevista no art. 224 do CP e dar início imediato aos trabalhos de apuração da infração penal.

- B) Registrar a ocorrência como favorecimento da prostituição, previsto no art. 228 do CP, e dar início imediato aos trabalhos de apuração da infração penal.
- C) Registrar a ocorrência como assédio sexual, previsto no art. 216-A do CP e dar início imediato aos trabalhos de apuração da infração penal.
- D) Registrar a ocorrência como exploração sexual, prevista no art. 244-A da Lei 8069/90 e dar início imediato aos trabalhos de apuração da infração penal.
- E) Registrar a ocorrência como hospedagem criminoso, prevista no art. 250 da Lei 8069/90 e dar início imediato aos trabalhos de apuração da infração penal.

08 – João e Paulo sobrevoam uma lavoura com um pequeno avião utilizado na pulverização de veneno. Em dado momento o avião apresenta pane mecânica, e põe-se a cair. Existem dois para-quedas a bordo. João, imaginando, por erro inevitável, haver apenas um para-quedas, e supondo-se em estado de necessidade, joga Paulo para fora da aeronave. João agiu em:

- A) Descriminante putativa por erro de proibição.
- B) Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador.
- C) Estado de necessidade real.
- D) Erro essencial vencível.
- E) Descriminante putativa por erro de tipo.

09 – José, brasileiro, aposentado, nascido aos 15/12/1936, caminha pela Av. Afonso Pena, quando tropeça e cai. Na queda, bate a cabeça no solo, ferindo-se gravemente. Pedro, que caminhava logo atrás, vislumbra toda a cena, mas deixa de prestar assistência a José. Não havia qualquer risco pessoal para Pedro, bem como não havia qualquer iminência de perigo, mas ainda assim Pedro não prestou socorro nem acionou a autoridade pública. O Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento da conduta de Pedro, deverá:

- A) Instaurar inquérito policial e indiciar Pedro pela prática de omissão de socorro prevista no art. 97 da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.
- B) Lavrar termo circunstanciado de ocorrência, inserindo Pedro como autor do fato e tipificando a conduta como omissão de socorro prevista no art. 97 da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, liberando-o após a assinatura do termo de compromisso de comparecimento em juízo.
- C) Instaurar inquérito policial e indiciar Pedro pela prática de omissão de socorro prevista no art. 135 do CP.
- D) Lavrar termo circunstanciado de ocorrência, inserindo Pedro como autor do fato e tipificando a conduta como omissão de socorro prevista no art. 135 do CP, liberando-o após a assinatura do termo de compromisso de comparecimento em juízo.
- E) Instaurar inquérito policial e indiciar Pedro por lesão corporal grave – art. 129 § 1º CP, em virtude da relevância da omissão prevista no art. 13 § 2º do CP.

10 – Carlos e José marcam um passeio com Carla e Maria. Os rapazes, antecipadamente, resolvem adquirir uma pequena quantidade de maconha para consumirem e para ofertar às garotas. No encontro, oferecem a substância, que é aceita pelas moças. Durante o consumo do cigarro de maconha, no momento em que Carlos passa para Maria o cigarro, são abordados por policiais e levados à presença da Autoridade Policial. Com relação à conduta de Carlos e José, o Delegado de Polícia deverá:

- A) Autuar os rapazes em flagrante delito por infração ao disposto no art. 12 da Lei 6368/76 – tráfico de entorpecentes – e terminar o inquérito policial em 15 dias, conforme art. 29 da Lei 10.409/2002.
- B) Autuar os rapazes em flagrante delito por infração ao disposto no art. 12 da Lei 6368/76 – tráfico de entorpecentes c/c art. 14 da mesma lei – associação para o tráfico - e terminar o inquérito policial em 30 dias, conforme art. 29 da Lei 10.409/2002.
- C) Lavrar termo circunstanciado de ocorrência, inserindo Carlos e José como autores do fato e tipificando a conduta como a prevista no art. 16 da Lei 6368/76, liberando-os após a assinatura do termo de compromisso de comparecimento em juízo.
- D) Autuar os rapazes em flagrante delito por infração ao disposto no art. 12 da Lei 6368/76 – tráfico de entorpecentes – e terminar o inquérito policial em 30 dias, conforme art. 29 da Lei 10.409/2002.
- E) Autuar os rapazes em flagrante delito por infração ao disposto no art. 12 da Lei 6368/76 – tráfico de entorpecentes c/c art. 14 da mesma lei – associação para o tráfico - e terminar o inquérito policial em 15 dias, conforme art. 29 da Lei 10.409/2002.

11 – José está desempregado, doente e sua família passa por necessidades financeiras agudas. É casado com uma belíssima mulher, de nome Ana, que o ama muito. João, o vizinho, interessado em manter relacionamento amoroso com Ana, e percebendo que ela ama muito José, passa a induzir José ao suicídio, fazendo nascer em sua mente a idéia de suicidar-se. Para tanto João invoca a péssima situação financeira de José. Após fazer nascer em José a idéia do suicídio, João passa a instigá-lo ao suicídio, incentivando a idéia mórbida pré-existente. Por fim, e passando do auxílio moral para o auxílio material, João empresta uma corda para que José ceife a própria vida. José dirige-se a um bosque, amarra a corda em um galho alto, sobe em um banquinho e passa a movimentar-se, visando derrubar o banquinho. Ocorre que pelo declive do terreno o banquinho não cai. João, que estava à espreita observando a ação de José, apanha um galho e empurra um dos pés do banquinho, fazendo com que este tombe. José morre asfixiado. Estabelecida essa verdade no inquérito policial, caberá ao Delegado de Polícia indiciar João:

- A) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade auxiliar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- B) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade instigar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- C) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade induzir ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- D) Por infração ao art. 121 § 2º I do CP, homicídio doloso qualificado pelo motivo torpe.
- E) Por infração ao art. 122 do CP, por três crimes, nas modalidades induzir, instigar e auxiliar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.

12 – Carlos pretende matar seu desafeto João. Para tanto, passa a percorrer as fases do crime, inicialmente cogitando essa idéia. Avançando nas fases, passa a se preparar, adquirindo uma arma de fogo sem documentação para esse fim. Passa também a seguir João dissimuladamente por vários dias, para conhecer seu caminho, para verificar o melhor local para executar seu nefasto plano. Escolhe o melhor local, uma estrada vicinal escura por onde Carlos caminha todas as noites de retorno para casa. Na data em que resolve matar o inimigo, pega a arma, vai até o local ermo e fica escondido atrás de uma árvore. Vê quando Carlos surge na esquina, caminhando tranqüilamente. Ocorre que antes de sacar a arma, Carlos é abordado por um policial que por ali passava e estranha sua atitude, e a arma é encontrada. A conduta de Carlos:

- A) Amolda-se ao tipo penal descrito no art. 121 CP – homicídio doloso -, qualificado pelo modo de execução – emboscada c/c art. 14 inciso II – crime tentado.
- B) Amolda-se ao tipo penal descrito no art. 121 CP – homicídio doloso -, qualificado pelo modo de execução – emboscada.
- C) É conduta atípica.
- D) Amolda-se ao tipo penal descrito no art. 14 da Lei 10.826/03 – Estatuto do desarmamento.
- E) Amolda-se ao tipo penal descrito no art. 12 da Lei 10.826/03 – Estatuto do desarmamento.

13 – O Delegado de Polícia Carlos representou ao Juiz de Direito, visando a expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar na residência de José, visando apreender coisas obtidas por meio de receptação, com escora no art. 240 § 1º b do CPP. A representação aportou no gabinete do Juiz às 17 horas do dia 15/12/2005. Os autos de inquérito policial, de cinco volumes, acompanharam o pedido. Em virtude da complexidade do caso, o magistrado demorou duas horas para analisar os autos e decidir pelo deferimento do pedido, mandando expedir o respectivo mandado. Imediatamente após, os autos contendo a ordem judicial retornaram às mãos da Autoridade Policial, que de pronto diligenciou com seus agentes, dando cumprimento a ordem judicial. No local vistoriado nenhum objeto ilícito foi localizado.

- A) A ação da Autoridade Policial foi legal, encontrando respaldo no art. 240 § 1º b do CPP, que trata da modalidade de busca e apreensão visando apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.
- B) A ação da Autoridade Policial foi legal, encontrando respaldo no art. 5º XI da Constituição Federal, que prevê a inviolabilidade de domicílio e exceções suas e art. 302 do CPP, que trata das hipóteses de prisão em flagrante.
- C) A ação da Autoridade Policial foi legal, encontrando respaldo no art. 5º XI da Constituição Federal, que prevê a inviolabilidade de domicílio e exceções suas e art. 240 § 1º b do CPP.
- D) A ação da Autoridade Policial não foi legal, amoldando-se a uma das hipóteses descritas nos artigos 3º e 4º da Lei 4898/65, que descrevem as condutas típicas de abuso de autoridade.

E) A ação da Autoridade Policial não foi legal, amoldando-se a uma das hipóteses descritas nos artigos 312 e seguintes do CP, que descrevem as condutas típicas de crimes praticados por servidor público contra a administração em geral.

14 – José mantém na garagem de sua casa um bar. Não adquiriu alvará público, por ser somente um comércio familiar, onde vende cachaça, cerveja e eventualmente churrasquinho. Todos os sábados José promove no bar uma “noite de pagode”, ocasião em que conjuntos de pagode apresentam-se até o raiar do dia seguinte. O alto volume das músicas executadas no local perturba o sossego de todos os moradores de casas vizinhas. José, com sua conduta, comete:

A) Conduta atípica.

B) Um dos crimes previstos no Título XI – Capítulo II do CP – Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.

C) A contravenção penal prevista no art. 42 do Decreto-lei 3688/41.

D) A contravenção penal prevista no art. 42 do Decreto-lei 3688/41 c/c um dos crimes previstos no Título IX do CP – Dos crimes contra a paz pública.

E) Um dos crimes previstos no Título IX do CP – Dos crimes contra a paz pública.

15 – José adquire dois velhos caminhões boiadeiros, abre formalmente na Junta Comercial uma firma transportadora, modalidade ME, e passa a operar sua micro-empresa, localizada em zona urbana residencial. Para viabilizar economicamente seus negócios, adquire dois tanques com capacidade de mil litros cada, e passa a comprar óleo diesel diretamente de TRR's – transportador, revendedor retalhista, por preço inferior àquele operado nos postos de gasolina, estocando nos tanques. O combustível é usado exclusivamente para abastecer seus dois caminhões boiadeiros. Ocorre que não adquiriu licença junto à Agência Nacional de Petróleo para estocar combustível, e durante uma vistoria no local resta provado que existe inclusive vazamento de óleo diesel dos tanques com infiltração no solo.

A) José cometeu crime contra a ordem econômica previsto no art. 1º da Lei 8176/91 c/c infração de medida sanitária preventiva prevista no art. 268 do CP.

B) José cometeu somente infração de medida sanitária preventiva prevista no art. 268 do CP.

C) José cometeu somente crime contra a ordem econômica previsto no art. 1º da Lei 8176/91.

D) José cometeu o crime ambiental previsto no art. 56 da Lei 9605/98 c/c infração de medida sanitária preventiva prevista no art. 268 do CP.

E) José cometeu o crime ambiental previsto no art. 56 da Lei 9605/98.

16 – Diodata, solteira, nascida aos 15/12/1969, vai a uma festa de fim de ano, conduzindo seu Corcel I, ano 1976, cor azul. Na festa, ingere algumas doses de bebidas alcoólicas, embriagando-se. Diodata não possui carteira nacional de habilitação. No retorno para sua casa, conduzindo seu Corcel sem carteira nacional de habilitação e após ingerir bebidas alcoólicas, Diodata atropela cinco pessoas que estavam em um ponto de ônibus, matando duas e ferindo três pessoas. Diodata permanece no local, aciona o Corpo de Bombeiros e presta o socorro às vítimas que lhe era possível exigir na ocasião: Caberá ao Delegado de Polícia plantonista responsável pelo atendimento da ocorrência:

A) Registrar em boletim de ocorrência o fato como homicídio previsto no art 302, I e V e lesão corporal prevista no art. 303 parágrafo único da Lei 9503/97.

B) Determinar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção e autuar Diodata em flagrante por homicídio previsto no art 121 § 3º do CP c/c art 129 § 6º CP.

C) Determinar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção e autuar Diodata em flagrante por homicídio previsto no art 121 § 3º do CP.

D) Determinar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção e autuar Diodata em flagrante por homicídio previsto no art 302, I e V da Lei 9503/97.

E) Determinar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

17 – José compra, em uma feira livre e sem qualquer documentação, um revólver calibre 22 e cinco munições, e passa a portar esse armamento oculto às vestes, pois teve um desentendimento com João, perigoso traficante morador da região. José é garçom, e trabalha até de madrugada, costumando chegar

em casa ao alvorecer, portanto adquire a arma para se defender de João. Todavia, José resolve raspar a numeração da arma de fogo, dificultando o rastreamento de sua origem, pois teme que a arma seja produto de algum furto ou roubo, e assim procede. José é flagrado portando essa arma de pequeno calibre, com a numeração raspada, e apresentado ao Delegado de Polícia plantonista. Deverá a Autoridade Policial:

- A) Com escora no art. 16 da Lei 10826/03, autuar José em flagrante por crime assemelhado a porte de arma de fogo de calibre proibido ou restrito, e mandá-lo ao cárcere por ser crime inafiançável.
- B) Com escora no art. 14 da Lei 10826/03, autuar José em flagrante por porte de arma de fogo de calibre permitido, e mandá-lo ao cárcere por ser crime inafiançável.
- C) Com escora no art. 12 da Lei 10826/03, autuar José em flagrante por posse de arma de fogo de calibre permitido, e arbitrar fiança por ser crime afiançável.
- D) Com escora no art. 14 da Lei 10826/03, autuar José em flagrante por porte de arma de fogo de calibre permitido, e arbitrar fiança por ser crime afiançável.
- E) Com escora no art. 12 da Lei 10826/03, autuar José em flagrante por posse de arma de fogo de calibre permitido, e mandá-lo ao cárcere por ser crime inafiançável.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

18 - Referente à Cadeia Pública, é correto afirmar:

- A) Será instalada longe de centro urbano, observando-se na construção as exigências mínimas referidas no art. 88 e seu parágrafo único da Lei de Execuções Penais.
- B) Cada comarca terá, no máximo, uma Cadeia Pública a fim de resguardar o interesse da administração da justiça criminal e a permanência do preso em local próximo ao se meio social e familiar.
- C) Destina-se ao recolhimento de presos provisórios.
- D) Só os membros do Ministério Público podem administrar uma Cadeia Pública.
- E) O Delegado de Polícia jamais participa da administração de uma Cadeia Pública.

19 - Referente à identificação criminal, assinale V para Verdadeiro e F para Falso nas proposições abaixo.

I - O preso em flagrante delito, o indiciado em Inquérito policial, assim como aqueles contra os quais tenha sido expedido mandado de prisão judicial, desde que não identificados civilmente, serão submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico.

II - Até aqueles que praticam infração penal de menor gravidade (art. 61, *caput* e parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), serão submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico.

III - A prova de identificação civil far-se-á mediante apresentação de documento profissional reconhecido pela legislação.

IV - O civilmente identificado por documento original não será submetido a identificação criminal, exceto quando: I – estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público; II – houver fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade; III – o estado de conservação ou a distância temporal da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais; IV – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações; V – houver registro de extravio do documento de identidade; VI – o indiciado ou acusado não comprovar, em quarenta e oito horas, sua identificação civil.

V - Cópia do documento de identificação civil apresentada deverá ser mantida nos autos de prisão em flagrante, quando houver, e no inquérito policial, em quantidade de vias necessárias.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- A) V – F – F – V – V.
- B) V – V – F – V – V.
- C) F – F – V – F – F.
- D) V – F – V – V – V.
- E) V – F – F – F – V.

20 - O cidadão "A", um brasileiro imputável, é apresentado pela PM a uma Delegacia por haver contra ele mandado de prisão por não pagar pensão alimentícia.

- A) O Delegado não deve cumprir a prisão e ainda indiciar o policial militar por abuso de poder, pois a PM também não pode tratar de prisão civil.
- B) O Delegado deve cumprir a prisão.
- C) O Delegado nada pode fazer, pois prisão civil não é tratada na Delegacia.
- D) Não existe prisão civil por inadimplência de pensão alimentícia.
- E) O Delegado não deve cumprir a prisão e orientar o policial militar a levar o preso diretamente ao Fórum e apresentá-lo ao juiz da vara de execuções penais.

21 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à \_\_\_\_\_, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

- A) juntada de documentos.
- B) visita ao local dos fatos.
- C) oitiva das partes.
- D) perícia nos objetos.
- E) reprodução simulada dos fatos.

22 - Assinale V para Verdadeiro e F para falso nas proposições abaixo:

I - Art. 290. Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade de onde ocorreu o crime, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará para a remoção do preso.

II - Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

III - Art. 295. Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, dentre outras autoridades, os cidadãos inscritos no "Livro de Mérito"; os diplomados por quaisquer das faculdades superiores da República; os ministros de confissão religiosa; os ministros do Tribunal de Contas; os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função.

IV - Art 295 § 4o O preso especial não será transportado juntamente com o preso comum.

V - Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

A sequência **correta** é:

- A) F – V – V – V - V.
- B) F – F – V – V - V.
- C) F – F – F – V - V.
- D) F – F – V – F - F.
- E) V – F – V – V - V.

23 - Considera-se em flagrante delito quem:

- I - está cometendo a infração penal;
- II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser vítima da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele vítima da infração.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) somente o item IV é falso.
- B) somente os itens I e II são verdadeiros.
- C) somente o item III é falso.
- D) somente os itens II e IV são falsos.
- E) somente os itens I e II são falsos.

24 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir. A incomunicabilidade, que não excederá de \_\_\_\_\_, será decretada por despacho fundamentado do juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 89, III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963).

- A) 12 (doze) dias.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 5 (cinco) dias.
- D) 3 (três) dias.
- E) 2 (dois) dias

25 - Segundo o Art. 161 do Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito poderá ser feito:

- A) Somente se o local for iluminado.
- B) Somente durante a noite.
- C) Somente durante o dia.
- D) Em qualquer dia e a qualquer hora.
- E) Somente das 6 horas às 18 horas.

26 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

O réu afiançado não poderá, sob pena de quebramento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de \_\_\_\_\_ de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

- A) 5 (cinco) dias.
- B) 12 (doze) dias.
- C) 10 (dez) dias.
- D) 8 (oito) dias.
- E) 15 (quinze) dias.

27 - Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando:

- A) Não houver indícios a serem periciados.
- B) Não produzir efeitos práticos.
- C) For meramente medida procrastinatória.
- D) Já tiver sido feita.
- E) Não for necessária ao esclarecimento da verdade.

28 - Conforme o caso hipotético a seguir, assinale a alternativa **correta**:

Dr. TÍCIO Delegado de Polícia, durante suas diligências policiais, extrapolou o limite de sua circunscrição conforme estabelece o artigo 4º do Código de Processo Penal, ou seja, “a polícia judiciária



será exercida pelas autoridades policiais, no território de suas respectivas circunscrições”. Diante dessa situação, assinale a alternativa **correta** sobre competência.

- A) Aplica-se a competência em razão da prevenção e natureza da infração e em conformidade com as definições de tempo e lugar do crime, estabelecidas, respectivamente nos artigos 4º e 6º do Código Penal.
- B) Aplica-se a competência em razão do lugar da infração e em conformidade com as definições de tempo e lugar do crime, estabelecidas, respectivamente nos artigos 4º e 6º do Código Penal.
- C) Aplica-se a competência em razão da especialidade do delito e em conformidade com as definições de tempo e lugar do crime, estabelecidas, respectivamente nos artigos 4º e 6º do Código penal.
- D) Aplica-se a competência em razão da prerrogativa de função, que todos os delegados de polícia possuem.
- E) Aplica-se a competência em razão da periculosidade do autor e em conformidade com as definições de tempo e lugar do crime, estabelecidas, respectivamente nos artigos 4º e 6º do Código penal.

29 - Quanto à prisão em flagrante delito, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Se o réu se livrar solto, deverá ser colocado em liberdade, depois de lavrado o auto de prisão em flagrante.
- B) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e as testemunhas que o acompanharam e interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, lavrando-se o que será por todos assinado.
- C) Considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal, acaba de cometê-la ou é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor da infração.
- D) Dentro do prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas depois da prisão, será dada ao preso a nota de culpa assinada pela Autoridade Policial, devendo constar o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas.
- E) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá desde logo sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida procederá a oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo a cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando a autoridade ao final o auto.

30 - De acordo com o artigo 6º do CPP e considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I - Flagrante forjado é o flagrante maquiado, fabricado em que os policiais ou terceiros criam provas de um crime inexistente para prender um indivíduo.
- II - Flagrante compulsório é o realizado por policial que de acordo com o artigo 301 do CPP, desde que a ative, tem o dever legal de prender em flagrante, sob pena de perpetrar prevaricação ou outro crime.
- III - Flagrante facultativo é o poder discricionário dado à Autoridade Policial para autuar ou não um indivíduo que acabara de cometer um delito.
- IV - Flagrante facultativo segundo doutrina é aquele encetado por qualquer do povo – também previsto no artigo 301 do CPP.
- V - Flagrante preparado ou provocado é aquele em que o policial induz o indivíduo, sem que este perceba, a se colocar em situação de flagrante, prendendo-o quando nessa situação e é válido de acordo com a lei.

- A) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão incorretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

31 - São características do Inquérito Policial, **exceto**:

- A) Vigor o princípio da oficiosidade e oficialidade.
- B) Procedimento inquisitivo.
- C) É presidido por autoridade pública em conformidade com a constituição federal no artigo 144, §4º.
- D) Uma vez instaurado pode ser arquivado pela autoridade policial.
- E) Procedimento escrito e sigiloso.

32 - De acordo com as afirmações abaixo, assinale a alternativa **correta**.

I - O Delegado de Polícia, logo que tomar conhecimento da prática da infração penal poderá deslocar-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais, podendo ainda apreender objetos que tiverem relação com os fatos a qualquer momento.

II - O Delegado de Polícia, logo que tomar conhecimento da prática da infração penal deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico em todas as circunstâncias que achar conveniente à instrução do inquérito policial.

III - Poderá a Autoridade Policial proceder ao reconhecimento de pessoas, coisas e ainda à acareação, mesmo sem prévia autorização judicial.

- A) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- C) Apenas a alternativa III está correta.
- D) Todas as alternativas estão corretas.
- E) Todas as alternativas estão incorretas.

33 - Assinale a alternativa **incorreta**.

A) A vítima ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada ou não, pela Autoridade Policial.

B) Quando a Autoridade Policial suspeitar da forma em que ocorreu determinado crime, poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

C) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à Autoridade Policial, desde que destinada à realização de novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

D) Mesmo após ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de justa causa para a denúncia, poderá o Delegado de Polícia proceder a novas investigações objetivando identificar novas provas.

E) A autoridade policial em nenhuma hipótese poderá mandar arquivar os autos de inquérito ou boletins de ocorrência. Muito embora o artigo 17 do CPP proíba o arquivamento do inquérito policial, o mesmo não ocorre com os boletins de ocorrência que poderão ser arquivados por vários motivos, tais como atipidade do fato, prescrição, princípios da insignificância, etc.

34 - Assinale a alternativa **incorreta**.

Entre outras atribuições legais, poderá a Autoridade Policial:

A) Arbitrar ou não fiança nos casos estabelecidos no C.P.P, de acordo com seu poder discricionário. Em sendo cabível o arbitramento de fiança a Autoridade Policial deverá arbitrá-la, não se tratando de poder discricionário do mesmo.

B) Representar à Autoridade Judiciária pela decretação da prisão preventiva.

C) Expedir de ofício mandado de condução coercitiva.

D) Representar à Autoridade Judiciária pela quebra de sigilo telefônico e fiscal.

E) Representar à Autoridade Judiciária pela decretação da prisão temporária, podendo neste caso expedir alvará de soltura e colocar o preso em liberdade antes mesmo do encerramento do prazo concedido, desde que esgotados os motivos que justifiquem a prisão, devendo ainda ser comunicado ao Juízo que a decretou.

## **DIREITO CIVIL**

35 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Quem quer que ache coisa alheia perdida há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, diz o Art. 1.233 do código civil.

Decorridos \_\_\_\_\_ dias da divulgação da notícia pela imprensa, ou do edital, não se apresentando quem comprove a propriedade sobre a coisa, será esta vendida em hasta pública e, deduzidas do preço as despesas, mais a recompensa do descobridor, pertencerá o remanescente ao Município em cuja circunscrição se deparou o objeto perdido.

- A) 45.
- B) 90.
- C) 15.
- D) 60.
- E) 30.

36 - Referente aos efeitos da posse, assinale V para Verdadeiro ou F para Falso:

- I - O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. ( )
- II - O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, a qualquer tempo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse. ( )
- III - Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa. ( )
- IV - Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, manter-se-á provisoriamente a que tiver a coisa, se não estiver manifesto que a obteve de alguma das outras por modo vicioso. ( )
- V - O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada não sabendo que o era. ( )

Assinale a alternativa **correta**:

- A) apenas o item II é falso.
- B) apenas os itens I e II são falsos.
- C) apenas o item IV é falso.
- D) apenas o item III é falso.
- E) apenas os itens II e V são falsos

37 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** as lacunas do texto abaixo:

Referente a usucapião, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto do Código Civil abaixo:

Art. 1238. Aquele que, por \_\_\_\_\_ anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a \_\_\_\_\_ anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por \_\_\_\_\_ anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Art. 1.240. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por \_\_\_\_\_ anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- A) dez - cinco - cinco – cinco.
- B) dez - cinco - dez – cinco.
- C) quinze - dez - cinco – cinco.
- D) quinze - dez - dez – cinco.
- E) quinze - dez - cinco – dez.

38 - Segundo o artigo 76 do Código Civil, têm domicílio necessário:

- A) O incapaz, o servidor público, o policial, o aeronauta e o preso.
- B) O relativamente incapaz, o servidor público, o militar, o aeronauta e o preso.
- C) O curatelado, o servidor público, o militar, o aeronauta e o segregado.
- D) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- E) O incapaz, o servidor público, o policial, o aeronauta, o preso, relativamente incapaz.

39 - Consoante o Art. 83 do Código Civil, consideram-se móveis para os efeitos legais:

- I - as energias que tenham valor econômico. ( )  
II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes. ( )  
III - os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. ( )  
IV - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações. ( )  
V – os imóveis rurais. ( )

Assinale a alternativa **correta**:

- A) os itens III e V são falsos.  
B) apenas o item III é falso.  
C) os itens I e III são falsos.  
D) apenas o item V é falso.  
E) apenas o item II é falso.

40 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Segundo o Art. 93 do Código Civil, são \_\_\_\_\_ os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

- A) treliças.  
B) pertenças.  
C) parecenças.  
D) cedências.  
E) tenças.

41 - Analise as afirmações abaixo, quanto aos ATOS ILÍCITOS no campo do direito civil, e marque a alternativa **correta**:

- A) Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição de coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, nos limites da lei.  
B) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.  
C) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito.  
D) Todas as anteriores estão corretas.  
E) Todas as anteriores estão incorretas.

42 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Dispõe o Art. 1.711 do Código Civil, que podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse \_\_\_\_\_ do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

- A) um quarto.  
B) dois terços.  
C) um terço.  
D) um quinto.  
E) dois quartos.

43 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete:

- A) Ato falho.  
B) Ato ilícito.  
C) Ato impróprio.  
D) Ato decisório.  
E) Ato legal.

44 - O Delegado de Polícia, durante as investigações de um crime de defraudações concluiu que um dos proprietários de uma empresa estava desviando capital e bens em proveito próprio e com isso deixando de

arcar com seus compromissos para com os credores. Sobre esse assunto e de acordo o artigo 50 da lei 10.406/02 (Código Civil), a desconsideração da personalidade jurídica introduzida no direito positivo pelo Código do Consumidor implica:

- A) Na extinção de uma pessoa jurídica.
- B) Na negação do princípio de que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.
- C) Na fusão de duas pessoas jurídicas.
- D) Implica o fato de não ser considerada regularmente instituída pelas normas vigentes.
- E) Na dissolução de uma pessoa jurídica, deliberada entre seus membros, salvo direito da minoria e de terceiros.

45 - Delegado de Polícia que no trâmite de suas investigações policiais se vê na necessidade de intimar pessoa presa. Sobre esse assunto, o preso terá por domicílio necessário:

- A) O lugar em que cumprir a sentença.
- B) O lugar onde seus familiares possam ser encontrados.
- C) O lugar onde estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- D) A sede do Juízo de Execução Penal.
- E) O lugar onde por último exerceu sua profissão, antes de ser preso.

46 - Assinale V para as proposições Verdadeiras e F para as Falsas, referente às pessoas jurídicas:

- ( ) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- ( ) São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas.
- ( ) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros que fazem divisa com o Brasil e todas as pessoas que forem regidas pelo direito sul-americano.
- ( ) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- ( ) São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações. IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**.

- A) V – F – V – F - V.
- B) V – F – F – V - V.
- C) F – F – V – V - V.
- D) V – V – F – V - V.
- E) V – V – F – V - F.

47 - Em sede de Delegacia de Polícia, assunto de extrema importância é o de capacidade civil das pessoas naturais. Sobre o assunto, é **correto** afirmar que:

- A) Os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- B) Os pródigos, assim como os viciados em tóxicos, são absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- C) Os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil. Aqueles que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade, são considerados incapazes relativamente.
- D) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los.
- E) Os tutelados são absolutamente capazes.

48 - Assunto de relevância em Delegacia de Polícia é o que versa sobre relações de consumo.

Analise as proposições abaixo.

I - TÍCIO adquiriu de uma grande loja de produtos eletrônicos, uma televisão para uso doméstico.

II - MIRNA adquiriu de um representante atacadista, duzentos rádios de pilha para revender e obter lucro.  
III - JÚNIOR contratou um advogado para defendê-lo em uma contenda judicial comercial.

A partir das três situações hipotéticas acima e em face da legislação civil e de defesa do consumidor, assinale a alternativa **correta**.

- A) Em todas as situações apresentadas, está caracterizada a responsabilidade civil objetiva.
- B) Na situação I, em caso de responsabilidade civil, TÍCIO em regra só poderá requerer a indenização na loja na qual adquiriu o produto.
- C) Na situação II, MIRNA encontra-se perante o Código de Defesa e Proteção ao Consumidor no mesmo enquadramento legal de TÍCIO.
- D) Na situação III, independentemente do zelo profissional do advogado, a responsabilização civil deste será equiparada àquela a que se sujeita a loja de produtos eletrônicos referida na situação I.
- E) Na situação I, em caso de responsabilização civil por produto defeituoso, não importa se a grande loja agiu com ou sem culpa ao pôr no mercado a televisão defeituosa adquirida por TÍCIO.

49 - De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa **correta**.

- A) O Delegado de Polícia que possui duas residências tem por domicílio seu qualquer uma delas.
- B) O Delegado de Polícia tem por domicílio necessário o lugar em que exerce suas funções em caráter permanente.
- C) O Delegado de Polícia que não possuir residência habitual, terá como domicílio o lugar em que for encontrado.
- D) O Delegado de Polícia que possui duas residências terá por domicílio uma das residências que indicar.
- E) Todas as alternativas acima estão incorretas.

50 - A Autoridade Policial que se vê na atribuição de tipificar uma ocorrência apresentada durante o plantão, identifica-a como sendo crime de dano, no entanto deve considerar “a priori” se trata ou não de crime contra o patrimônio público que qualifica aquele delito. Para tanto deve ter conhecimento inequívoco acerca da distinção entre os bens elencados na legislação civil.

Considerando a afirmação acima e ainda a correta definição dos Bens prevista no Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Consideram-se bens móveis, os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e aqueles considerados públicos, se danificados dolosamente tipificam aquela qualificadora.
- B) Consideram-se bens públicos de uso especial os prédios locados, que se destinam a estabelecer órgão públicos e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- C) As praças e ruas são consideradas bens públicos de uso comum do povo e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- D) Os materiais empregados para a construção de uma escola municipal enquanto não forem empregados, são considerados bens imóveis e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- E) São classificados com bens públicos os dominicais que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.

51 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) A menoridade civil cessará para os menores apenas ao completar 18 anos e ainda no caso da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público.
- B) São pessoas jurídicas de direito privado, as fundações, as sociedades, as autarquias e as associações.
- C) No caso de homicídio doloso, cujo réu confessou a prática delitiva, a declaração civil da morte presumida da vítima face à não localização do corpo, materializa o delito suscitado.
- D) Entende-se por comoriência, quando duas ou mais pessoas vêm a óbito na mesma ocasião, não se podendo definir quem faleceu primeiro, presumindo-se então a morte simultânea para os efeitos civis. Artigo 8º do C.C.
- E) A personalidade civil da pessoa começa desde sua concepção.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

52 – Analise as proposições e assinale a alternativa **correta**.

Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado. ( )
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico. ( )
- III - a separação dos Poderes. ( )
- IV - os direitos e garantias individuais. ( )
- V – a previdência social. ( )

- A) apenas os itens III e V são falsos.
- B) apenas o item III é falso.
- C) apenas o item II é falso.
- D) apenas o item V é falso.
- E) apenas o item I é falso.

53 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** as lacunas do texto abaixo:

Se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de \_\_\_\_\_ contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de \_\_\_\_\_, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

- A) 10 dias - vinte quatro horas.
- B) 15 dias úteis – vinte quatro horas.
- C) 15 dias - quarenta e oito horas.
- D) 15 dias úteis - quarenta e oito horas.
- E) 15 dias – vinte quatro horas.

54 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Segundo a nossa carta magna, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em \_\_\_\_\_, na forma da lei.

- A) terrorismo.
- B) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- C) sabotagem.
- D) espionagem.
- E) contrabando de pessoas do Brasil para o exterior.

55 - Referente ao texto constitucional que trata da segurança pública, assinale V para Verdadeiro e F para Falso nas proposições abaixo:

- ( ) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- ( ) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- ( ) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- ( ) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- ( ) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, com autorização da Polícia Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta:

- A) V – V – V – F – V.
- B) V – V – F – F – F.
- C) V – V – V – V – F.
- D) F – F – V – V – F.
- E) V – V – V – F – F.

56 - Na carta magna, referente aos impostos e taxas, o Art. 150 diz que “sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: ... VI - instituir impostos sobre:

- I - patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. ( )
- II - templos de qualquer culto. ( )
- III - importação de produtos estrangeiros. ( )
- IV - patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. ( )
- V - livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. ( )

Assinale a alternativa **correta**:

- A) somente o item V é falso.
- B) somente o item IV é falso.
- C) somente o item III é falso.
- D) somente o item II é falso.
- E) somente o item I é falso.

57 - Repristinação de uma lei é o mesmo que:

- A) Invalidação.
- B) Anulação.
- C) Revalidação.
- D) Revogação.
- E) Derrogação.

58 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a \_\_\_\_\_ dias.

- A) quarenta e cinco
- B) quinze.
- C) trinta.
- D) vinte.
- E) dez.

59 - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- I - o Presidente da República.
- II - a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- III - o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- VI - o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- V - partido político com representação em Brasília.

- A) somente o item III é falso.
- B) somente o item II é falso.
- C) somente o item I é falso.



- D) somente o item V é falso.
- E) somente o item IV é falso.

60 - Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do banco central compete privativamente:

- A) Ao Congresso Nacional.
- B) À Assembléia Distrital.
- C) Ao STF.
- D) Ao Senado Federal.
- E) À Câmara dos Deputados.

61 - Quanto aos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1.988, é **incorreto** afirmar que:

- A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio requerimento à autoridade competente.
- C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- E) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

62 - Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta** quanto à Organização dos Poderes da República Federativa do Brasil:

- A) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao Supremo Tribunal Federal, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- B) É da competência exclusiva do Senado Federal autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente nos casos previstos em lei complementar.
- C) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de sessenta Deputados.
- D) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- E) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

63 - Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna do texto abaixo:

Se, decorridos \_\_\_\_\_ dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

- A) cinco.
- B) três.
- C) dez.

- D) vinte.
- E) quinze.

64 - Analise as afirmações abaixo, quanto à SEGURANÇA PÚBLICA no texto constitucional.

I - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II - A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

III - A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

IV - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

V - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) os itens I, II e V estão incorretos.
- B) os itens I, III e IV estão corretos.
- C) os itens II, III e V estão incorretos.
- D) todos os itens estão corretos.
- E) todos os itens estão incorretos.

65 - É parte ilegítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, nos termos do artigo 103 da CF/88:

- A) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- B) Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- C) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- D) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- E) Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal.

66 – São princípios processuais penais estabelecidos no artigo 5º da Constituição Federal, **exceto**:

- A) Princípio da irretroatividade.
- B) Princípio da publicidade.
- C) Princípio da estrita legalidade penal.
- D) Princípio da presunção de inocência.
- E) Princípio da ampla defesa e do contraditório.

67 - Analise o texto abaixo, extraído do §4º do artigo 103-B da CF/88, que trata do Conselho Nacional de Justiça, e assinale a alternativa **incorreta**.

*“Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:”*

- A) Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- B) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou

a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

C) Zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

D) Representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.

E) Processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos.

68 - No tocante ao Poder Constituinte, assinale a opção **incorreta**.

A) As Assembleias Constituintes são também conhecidas como Assembleias Legislativas.

B) A Assembleia Constituinte exerce o poder soberano na sua plenitude e em regra tem poder ilimitado.

C) O Poder Constituído tanto pode ser exercido para a organização originária de um agrupamento nacional ou popular quanto para constituir, reconstituir ou reformular a ordem jurídica de um Estado já formado.

D) Entende-se por Poder Constituinte o poder de constituir e reformular a ordem jurídica estatal, o qual é representado pela Assembleia Constituinte, onde representantes eleitos reúnem-se e a exercem em determinados momentos.

E) Nenhuma das alternativas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

69 – Acerca do ato administrativo, assinale V para o VERDADEIRO e F para o FALSO.

( ) ato jurídico, editado pelo Estado, em matéria administrativa, é denominado ato institucional;

( ) ato que o Estado edita como senhor e como detentor de potestade pública, é denominado ato de império e gestão;

( ) a motivação do ato administrativo, no estado de Direito, em regra é obrigatória;

( ) todo ato administrativo é espécie do gênero ato jurídico;

( ) auto-executoriedade do ato administrativo é o traço peculiar ao ato, pelo qual a Administração concretiza imediatamente as decisões tomadas, sem recorrer, para isso, ao Judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**:

A) V – V – V – V – F;

B) V – F – V – V – V.

C) F – V – V – V – V;

D) F – F – V – V – V;

E) F – F – F – V – V;

70 – De acordo com a sequência estabelecida na oração do artigo 37, caput, da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios...”.

Assinale a alternativa **correta**:

A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

B) legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

C) legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

D) impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E) legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

71 - Segundo a doutrina pátria, “O interesse da distinção entre ato jurídico e fato jurídico, para o Direito Administrativo, reside em que a Administração não só produz atos jurídicos, mas também fatos jurídicos”. Assinale a alternativa **incorreta**:

A) Atos administrativos gozam de presunção de legitimidade; fatos administrativos não.

- B) Toda vez que se estiver perante uma declaração; ‘falas’ prescritivas, segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, estamos diante de um ato jurídico; fatos jurídicos não são falas, nem pronunciam coisa alguma.
- C) Os atos administrativos podem ser anulados e revogados; fatos administrativos apenas são revogáveis, e não anuláveis.
- D) O fato administrativo resulta sempre de um ato administrativo que o determina.
- E) O ato é um comando jurídico; o fato não diz nada, apenas ocorre.

72 - Dentre os poderes do Administrador Público encontram-se o poder-dever de agir; o dever de eficiência; o dever de probidade; e o dever de prestação de contas. É **correto** afirmar que:

- A) A omissão ao cumprimento dos deveres acima elencados não gera qualquer punição.
- B) O poder-dever de agir não se encontra vinculado à competência e à obrigação de atuar.
- C) O dever de probidade significa fazer o melhor negócio para o erário, independentemente do procedimento de atuação.
- D) Não há órgão responsável que fiscalize o dever de prestar contas do Administrador Público
- E) O dever de eficiência significa atuação com rapidez, perfeição e rendimento, observando o princípio da legalidade; sem procrastinação.

73 - Sobre ato administrativo, segundo a doutrina.

- I - é a qualidade, que reveste tais atos, de se presumirem verdadeiros e conformes o Direito, até prova o contrário (presunção de legitimidade).
- II - é a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância (imperatividade).
- III - é a qualidade em virtude da qual o Estado no exercício da função administrativa, pode exigir de terceiros o cumprimento, a observância, das obrigações que impôs (exigibilidade).
- IV - é a qualidade pela qual o Poder Público pode compelir materialmente o administrado, sem precisão de buscar previamente as vias judiciais, ao cumprimento da obrigação que impôs e exigiu (executoriedade).
- V - nem todos os atos exigíveis são executórios.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**:

- A) V - V - V - V - F;
- B) V - V - V - V - V;
- C) F - V - V - V - V;
- D) F - F - V - V - V;
- E) V - F - V - V - V.

74 - É assente na doutrina que “Os poderes da Administração são meios e instrumentos opostos aos poderes políticos que são estruturais e orgânicos porque compõem a estrutura do Estado e integram a organização constitucional”. Assinale a alternativa **correta**:

- A) Não consta como objetivo do Poder Hierárquico: ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas dentro da Administração, apenas o dever de punição.
- B) Tendo em vista o exercício do Poder Disciplinar, toda falta disciplinar exige sanção penal.
- C) Poder Vinculado é aquele que o direito positivo (lei) confere à Administração Pública para prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- D) Discricionariedade é a liberdade de ação administrativa dentro dos limites permitidos em lei.
- E) O Poder Regulamentar é privativo do chefe do Poder Executivo, não sendo necessário que se revista dos requisitos legais.

75 - Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O ato de polícia, como ato administrativo que é, fica sempre sujeito a invalidação pelo poder judiciário, quando praticado com excesso ou desvio de poder
- B) O ato de polícia, como ato administrativo que é, fica sempre sujeito a invalidação pelo poder judiciário, quando praticado com excesso ou desvio de poder.
- C) São atributos do ato de polícia: discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- D) Condições de validade: competência, finalidade, proporcionalidade e legalidade.

E) São exemplos de meios de atuação: embargo e demolição de obra nociva; alvará; multa.

76 - Tendo em vista o poder discricionário e o princípio da proporcionalidade no exercício do poder de polícia, assinale a alternativa **correta**:

- A) A teoria do desvio do poder, nada mais é do que o ato do Administrador Público praticado de maneira a fugir da sua finalidade, forma, motivos e meios, determinados pela Lei, tornando-o viciado, ilegal, ilícito, arbitrário, atentando contra a própria moralidade.
- B) O abuso do poder é o desvio, isto é, os fins diversos do objetivado pela lei ou pelo interesse individual; excesso praticado além dos limites estabelecidos, o que torna o ato arbitrário, ilícito e nulo.
- C) O uso do poder é prerrogativa da autoridade, dentro dos limites da lei, visando o bem-estar social e o interesse próprio.
- D) A falta dos requisitos legais não gera a nulidade.
- E) O abuso de poder depende da atividade ser discricionária ou vinculada.

77 - Considera-se poder de polícia a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Levando-se em conta o enfatizado no enunciado, é **correto** afirmar que:

- A) O poder de polícia visa o interesse social e a supremacia do estado sobre as pessoas, bens e atividades.
- B) A polícia administrativa atua sobre as pessoas, repressivamente.
- C) O ato de polícia não se subordina ao ordenamento jurídico.
- D) O poder de polícia limita o direito de liberdade e de propriedade, limita a liberdade e a propriedade, e não o direito de liberdade e de propriedade.
- E) A polícia judiciária incide sobre bens, direitos e atividades, preventivamente.

78 - Acerca do processo e procedimento administrativo, assinale a alternativa **correta**:

- A) O processo administrativo é o gênero, que se reparte em várias espécies, não sendo considerado como espécie o processo tributário fiscal; processo é o conjunto de atos coordenados para a obtenção de decisão sobre uma controvérsia apenas no âmbito judicial.
- B) Procedimento é o modo de realização do processo, ou seja, o rito processual.
- C) A decisão jurisdicional ou ato de jurisdição não é privativo do judiciário.
- D) Tanto na sindicância como no processo administrativo já se tem conhecimento e certeza da autoria.
- E) Nem todo processo administrativo possui procedimento. Licitação, admissão de funcionário, ato expropriatório e disciplinar, não têm procedimento.

79 - Tratando-se dos servidores públicos, de um modo geral, assinale a alternativa **correta**:

- A) Lotação é a denominação dada à mais simples unidade de poderes e deveres estatais expressos por um agente.
- B) Agente público são todos os que servem ao poder público.
- C) O funcionário público não é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- D) Agentes políticos são titulares dos cargos de direção.
- E) Provimento é ato administrativo pelo qual se efetua o preenchimento de cargo público, com designação de seu titular, podendo ser originário, derivado ou autônomo.

80 - Em relação ao tema servidor público, de um modo geral, assinale a alternativa **correta**:

- A) O servidor público sujeita-se à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função.
- B) Na aposentadoria por invalidez permanente, os proventos são proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.
- C) O servidor público aposentado, compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, recebe proventos integrais.
- D) Somente em virtude de sentença judicial, transitada em julgado, ou em decorrência de processo administrativo, com ampla defesa, poderá ser demitido o funcionário vitalício.
- E) Não constitui dever do funcionário a subserviência.

81 – O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul e demais alterações, estabelece que são formas de provimento de cargo público:

Assinale a alternativa que contém **todas** as formas de provimento:

- A) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- B) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, ascensão, transferência, reintegração e recondução.
- C) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, transferências, reintegração e recondução.
- D) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, reintegração e recondução.
- E) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, ascensão, aproveitamento, reintegração e recondução.

82 - Os servidores da justiça, dos cartórios não oficializados do Estado, são considerados integrantes da categoria de:

- A) Empregados celetistas.
- B) Empregados autárquicos.
- C) Funcionários públicos “lato sensu”.
- D) Funcionários públicos “stricto sensu”.
- E) Empregados prestadores de serviços.

83 - O retorno do servidor público ao cargo de que se vira demitido, com a plena restauração dos direitos violados, inclusive o pagamento integral dos vencimentos e vantagens correspondentes ao tempo em que esteve afastado, por força de decisão judicial que reconhece a ilegalidade da demissão, recebe o nome de:

- A) Revisão.
- B) Reassunção.
- C) Reintegração.
- D) Recondução.
- E) Reversão.

84 - De acordo com a legislação, licitação é gênero, de que são espécies as seguintes modalidades:

Assinale a alternativa que contém **todas** as modalidades de licitação:

- A) Concorrência, tomada de preço, convite e leilão.
- B) Concorrência, tomada de preço, convite, concurso e leilão.
- C) Tomada de preço, convite, ofício, concurso e leilão.
- D) Concorrência, tomada de preço, ofício, concurso e leilão.
- E) Concorrência, convite, concurso e leilão.

85 - A responsabilidade civil da Administração ou do Estado firma-se no propósito de reparação de dano e indenização. De acordo com a afirmativa, que modalidades de pessoas responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa:

- A) As pessoas de direito público, desde que prestadoras de serviços comerciais e industriais do Estado.
- B) As pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- C) As pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado, desde que prestadoras de serviços públicos.
- D) As pessoas de direito público, desde que prestadoras de serviços.
- E) As pessoas jurídicas de direito público, sem exceção.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia este texto de Arnaldo Jabor para responder às questões 86 e 87.

## **Violência virou problema de Estado-Maior**

Sempre que escrevo sobre a violência me dá uma sensação de inutilidade. Quando vejo os movimentos de solidariedade, bandeiras brancas, pombas da paz, atores nas ruas, burgueses falando em cidadania, me dá uma sensação de perda de tempo.

Nós tratamos os criminosos como se fossem “desviantes” de nossa moral, como gente que se “perdeu” da virtude e caiu no “pecado”, no mundo do crime. Não é nada disso. Eles são os novos empregados de uma multinacional. O único emprego que lhes foi oferecido no último século: a megaempresa da cocaína. Ela trouxe o poder sobre as comunidades que, somado à ignorância e à miséria, criou a crueldade sem limites, a bruta guerra animal. Os bandidos violentos são quase uma mutação da “espécie social”, fungos de um grande erro sujo do qual nós somos cúmplices.

Hoje, nós é que ficamos caretas diante deste mundo periférico que não se explica, gerando outra ética, funérea, sangrenta. A miséria armada é uma outra nação, no centro do Insolúvel. Essa gente era anônima; estão ganhando notoriedade na mídia. São vazios objetos de uma corrente de pó; nós, pequenos burgueses, é que viamos neles uma vaga consciência “política” de marginais. Acharmos até que eles querem calar a imprensa. Nada. Mataram por matar, chamaram o Tim de X-9 e “já era” – disseram eles. Nós é que estamos lhes fornecendo uma “ideologia”.

Mas, não quero ficar deitando sociologia barata sobre a violência. Quem sou eu? Mas, vejo com um mínimo de bom senso que os vilões também somos nós. Eles são a prova de nosso despreparo. Os incapazes somos nós, ainda crentes de leis inúteis, coerções superadas, de polícias falidas. Nós não fizemos nada quando as favelas eram pequenas. A miséria era dócil – podia ser ignorada. Agora, se não agirmos, isso vai virar uma epidemia eterna. A lei não consegue nem instalar anticelulares nas cadeias e fica encenando comboios para a mídia, com cem policiais para levar o Beira Mar para outra cadeia.

Ninguém consegue resolver nada porque os instrumentos de defesa pública estão engarrafados numa rede de burocracias, fisiologismos, leis antigas, velhos conceitos que são facilmente superados pela eficiência “pós-moderna” dos bandidos, diretamente ligados ao ato, ao fato, à instantaneidade do mal e sem freios éticos. Eles têm a mesma vantagem dos terroristas. Muito lero-lero racionalista ocidental, ciência, democracia e, aí, chega um arabinho maluco com uma bomba e arrasa o shopping center.

Eles são uma empresa moderna. Nós somos o Estado ineficiente. Eles agilizam métodos de gestão, são rápidos e criativos. Nós somos lentos e burocráticos. Eles lutam em terreno próprio. Nós, em terra estranha. Eles não temem a morte. Nós morremos de medo. Eles são bem armados. Nós, de “três-oitão”. Eles ganham muita grana. (Um “aviãozinho” de 15 anos ganha mais por semana que um PM por mês.) Eles estão no ataque. Nós, na defesa... Nós nos horrorizamos com eles. Eles riem de nós. Nós os transformamos em superstars do crime. Eles nos transformam em palhaços. Eles são protegidos pela população dos morros, por medo ou vizinhança. Nossas polícias são humilhadas e ofendidas por nós. Ninguém suborna bandido. Eles compram policiais mal pagos. Um que ganha 700 paus por mês não tem ânimo para combater ninguém. Eles não esquecem da gente nunca, pois somos seus fregueses. Nós esquecemos deles logo que passa uma crise de violência.

A droga e as armas vêm de fora. Eles são globais. Nós somos regionais. Alguma vitória só poderá vir se desistirmos de defender a “normalidade” de nosso sistema, pois não há mais normalidade nenhuma; precisamos de uma urgente autocrítica de nossa ineficiência. O combate ao crime passa pelo combate ao nosso descaso e incompetência. A luta contra o tráfico, é óbvio, começa lá longe, nas fronteiras. Por lá entram as armas e o pó. Não adianta subir e descer de morros. Temos de fechar as fronteiras.

A luta contra o crime não é mais uma luta policial; não é mais a Lei contra o Pecado. Não. O crime cresceu tanto que se tornou um problema de Estado-Maior. Sim. Trata-se uma luta política e, mais que isso, uma luta policial militar. Acho que tem de haver sim uma séria articulação das Forças Armadas com as polícias. Tem de haver generais estudando estratégias e logísticas de cercos e ataques. Meses de estudo, planos secretos, dinheiro, muito dinheiro e milhares de homens com armas modernas. E tudo isso coordenado com campanhas de esclarecimento e de proteção às comunidades que eles “protegem”. “Ahh... – alguns vão gritar – o Exército não foi treinado para isso!” Pois, que seja treinado. Trata-se de uma guerra. Ou não? Não combateram a guerrilha urbana, com implacável ferocidade e competência? Aposto que outros dirão: “O Exército não é para crimes comuns; é para guerras maiores...” Para quê? A invasão da Argentina? A guerra que se anuncia é subversiva no pior sentido. Não aspira a uma ordem nova. Só quer uma vingança obtusa e a manutenção da miséria como refúgio. No fundo, muitos não admitem a ação das Forças Armadas, porque desejam ocultar a derrota de um sistema legal e policial. Pois que seja. Nosso fracasso tem de ser assumido. Do contrário, continuaremos atrás das grades de nossos condomínios, dizendo: “Que horror!” para sempre.

Crime hediondo é que isto não seja uma prioridade nacional. A tragédia das periferias brasileiras me lembra um terremoto ignorado, para o qual ninguém enviou patrulhas de salvamento. Já houve a

catástrofe e todos nós tentamos esquecê-la, trêmulos de medo, blindados, com os “socilites” cheirando o pó molhado de otários, perpetuando esse poder paralelo, que tende a crescer.

(O Estado de São Paulo, 06/02.)

86 – O texto lido

- A) relata apenas um fato veiculado na mídia e compara a violência com um terremoto ignorado e que deve ter atenção imediata.
- B) limita-se a narrar um fato de modo particular, mostrando que nossa atitude perpetua um poder paralelo.
- C) expõe apenas o ponto de vista do autor sobre fatos do cotidiano, empregando a variedade lingüística padrão.
- D) no trecho “*Nós não fizemos nada quando as favelas eram pequenas. A miséria era dócil – podia ser ignorada.*”, comprova a sua tese. A variedade lingüística empregada é formal e informal.
- E) não tem, necessariamente, um caráter argumentativo, mas, ao empregar a 1ª pessoa do singular e plural, o autor coloca todos como co-responsáveis pela situação.

87 – De acordo com o texto,

- A) O Estado, embora ineficiente, procura agir contra a eficiência “pós-moderna” dos bandidos.
- B) O autor contrapõe, quanto à motivação, a superioridade dos bandidos à nossa eficiência. Exemplo: Eles são uma empresa moderna, são bem-armados, nós somos o Estado ineficiente.
- C) Em relação ao pagamento e ao suborno, pode-se dizer que os bandidos lutam em terreno próprio, ganhando muito dinheiro e nós estamos na defensiva.
- D) O autor não apresenta contra-argumentos em relação à rejeição quanto à utilização dos militares no combate à violência, mas faz amplos comentários a respeito.
- E) Pode-se dizer que esse texto caracteriza-se como uma crônica argumentativa, pois trata o tema de forma subjetiva, mas com exposição de assunto polêmico.

88 – Na linguagem escrita, o interlocutor pode estar ausente e não há como interromper para esclarecimentos; assim, o texto escrito deve ser independente quanto à clareza, à quantidade de informações e, principalmente, quanto aos procedimentos da argumentação. A partir dessa informação, é **incorreto** afirmar que, no trecho

- A) “Pode-se esperar um futuro brilhante para o nosso país. Ele pode considerar-se privilegiado em relação aos outros países do mundo: aqui não há preconceito racial, não temos problemas de catástrofes ou diferenças de idioma; o povo é ordeiro e pacífico.”, ocorrem generalizações inconsistentes.
- B) “Quando se fala em liberdade de expressão, é preciso tomar cuidado, porque liberdade é uma coisa e libertinagem é outra. Se não houver nenhum tipo de censura, estabelece-se a anarquia e a baderna.”, o esquema argumentativo está falho, pois não foi demarcado limite quanto à análise de palavras de noções confusas.
- C) “*A educação pode ser considerada de muitos pontos de vista: o do Estado, o da Igreja, o do mestre-escola, o dos pais ou mesmo (embora seja geralmente esquecido) o da própria criança. Cada qual destes pontos de vista é parcial; cada um concorre com alguma coisa para o ideal da educação, porém também aduz elementos maus. Examinemo-los sucessivamente e vejamos o que dizer contra e a favor deles.*” (Bertrand Russell) – o autor restringe a significação do vocábulo educação e pormenoriza os vários pontos de vista a partir dos quais ela pode ser considerada.
- D) “*Os países latino-americanos são diferentes em tudo: nos hábitos, nos costumes, na concepção de vida, nos valores, etc.*”, ocorreu o uso de noções totalizadoras comprometendo a força argumentativa, demonstrando falta de visão analítica.
- E) “*Não se deve negar ao cidadão o direito de protestar: isso já é comunismo.*”, houve defeito argumentativo quanto ao mau emprego do vocabulário.

89 – Leia o trecho abaixo.

Deixemos de lado o argumento do respeito à lei e à razão que está meio fora de moda nesse clima de ânimos exaltados, para ficar com o da eficácia. A manifestação de leitores defendendo a violência policial e protestando contra a publicação da foto de um bandido com marcas de agressão contém, além de desejo de vingança, a crença de que essa pratica é a melhor maneira de combater o



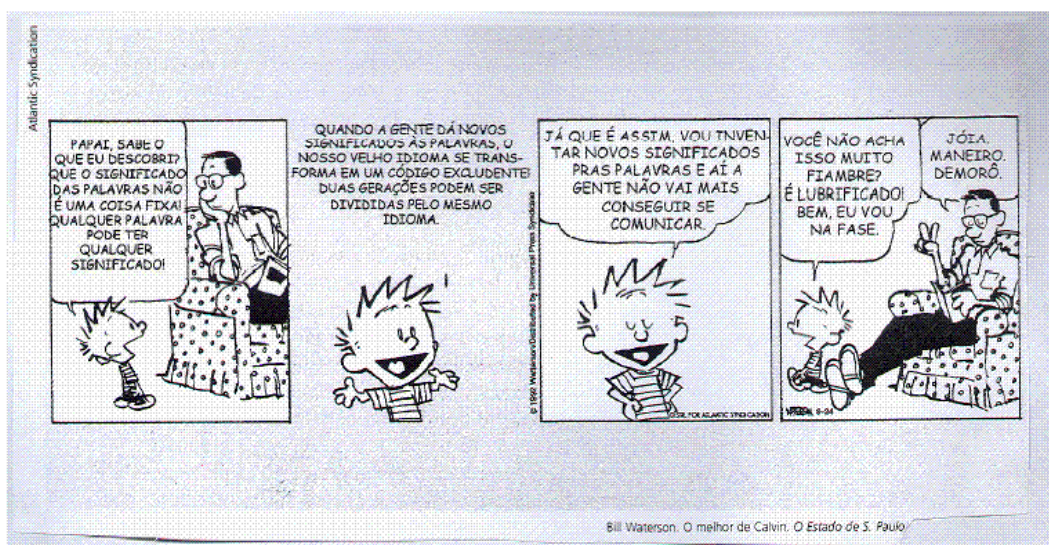
crime. Não é. Trata-se de uma ilusão perversa que só se explica porque vivemos numa cidade dominada pelo medo e dividida entre os que já foram assaltados e os que provavelmente serão.

(Zuenir Ventura. O Globo – 20/11/04 )

Utilizando o texto como pretexto para explorar a Língua Portuguesa, assinale a alternativa **correta**.

- A) o 1º verbo do texto apresenta caráter injuntivo. O que (1ª linha) funciona como um elemento coesivo com função explicativa e a última oração da 1ª frase é uma subordinada adverbial.
- B) no 2º período, os verbos defendendo e protestando estão na forma nominal gerundiva. Os termos grifados, nas expressões “manifestação de leitores” e “publicação da foto” exercem a função passiva e ativa, respectivamente, sendo complemento nominal e adjunto adnominal.
- C) a concisão da frase “Não é.” foi intencional para dar maior efeito ao contexto, sendo uma oração coordenada assindética.
- D) o 1º que, do último período do texto é uma conjunção, significando *a qual*. A palavra só é um advérbio.
- E) ainda no último período, o trecho “...se explica...” exerce uma função ativa. Os dois os são pronomes, significando *aqueles*.

90 – Leia estes quadrinhos, com atenção e assinale a alternativa incorreta.



- A) A proposta de Calvin rompe com o conceito de Língua como produto social, pois esta deixa de ser um instrumento de comunicação.
- B) O significado das palavras está associado a uma convenção ou acordo, permitindo que o grupo o reconheça. Calvin criou uma “fingida” comunicação, pois só se pode ter uma vaga noção pela contextualização.
- C) Cada grupo pode criar uma outra convenção – lembrando que esta tem caráter coletivo – dando, assim, diferentes significados para uma palavra.
- D) Se a idéia de Calvin desse certo, teríamos duas gerações divididas pelo idioma. A linguagem mais velha desapareceria como prática social, nem permanecendo como registro.

E) Conhecendo o significado de gíria, pode-se concluir que Calvin não está criando gíria, pois esta é fruto de uma convenção e tem intenção de permitir a comunicação entre o grupo.

91 – Leia o seguinte trecho:

A vingança e a forra podem ser úteis para descarregar nossos impulsos primários e instintos homicidas, testando limites entre a civilização e a barbárie. Mas são inúteis no combate à delinquência. Não adiantam nada. Para o bandido, é lucro levar um soco no olho, com foto ou não no jornal, contanto que dias depois ele esteja nas ruas assaltando de novo, como em geral acontece. Contra isso, a solução está não numa polícia mais arbitrária, mas num código penal mais rigoroso e numa justiça menos lenta e mais operosa. (Zuenir Ventura)

De acordo com os padrões da Língua Portuguesa, conclui-se que

- A) semanticamente, as palavras *civilização* e *barbárie*, atuam como convergentes, enquanto que o vocábulo *mas* (2ª linha) é uma conjunção, indicando uma oposição.
- B) ambos os períodos “*Mas são inúteis no combate à delinquência.*” e “*Não adiantam nada.*” apresentam elementos coesivos iniciais fundamentais na progressão e subordinação do período.
- C) a expressão “*dias depois*” (4ª frase) remete a uma noção temporal. O pronome *isso* se refere ao que foi dito posteriormente.
- D) no último período do texto, aparecem palavras com sentidos opostos. E pode-se dizer que, nesse texto, não há termos elípticos.
- E) no trecho “*...é lucro levar um soco no olho, com foto ou não no jornal...*”, a 2ª oração classifica-se como subordinada substantiva subjetiva reduzida.

92 – Numa pizzaria, ao lado da porta de entrada, um cartaz avisava:

**Não servimos só bebidas**

Um rapaz entra, lê o cartaz, senta-se a uma mesa e pede ao garçom:

- Por favor, um suco de abacaxi.

O garçom esclarece:

- Se você não for comer alguma coisa, não poderei servir-lhe o suco. Você leu o aviso?
- Li. - responde o rapaz. - Ele é óbvio e, por isso, inútil.
- Desculpe - argumenta o garçom - mas você não leu corretamente o cartaz.
- Li, sim. - diz o rapaz. - Vocês é que não o escreveram corretamente.

A respeito dessa situação, é **incorreto** afirmar que

- A) o rapaz interpretou corretamente a informação do aviso, para considerá-lo óbvio à primeira leitura.
- B) a pizzaria esperava que o freguês interpretasse a frase assim: “*Se pedir apenas algo para beber, não será atendido*”.
- C) com alterações necessárias, inclusive acrescentando outras palavras, a frase do cartaz ficaria menos confusa se estivesse da seguinte forma: “*Não servimos só bebidas desacompanhadas de pizza*”.
- D) a norma adotada pela pizzaria estaria clara e informativa, se fosse escrita, por exemplo: “*Só bebidas, não servimos*”.
- E) na frase do cartaz, está implícito o seguinte contexto: “*...como também outras coisas*”.

93 – Leia, a seguir, o seguinte fragmento :

Os que querem dar ao policial poder não só de prender como também de julgar, condenar e punir, por conta própria, não percebem que um dia isso pode ser usado contra eles também. A estes e aos adeptos da lei Sivuca – “bandido bom é bandido morto” – um lembrete: não se descobriu o veneno antiofídico matando a cobra, mas com ela viva e presa (sem celular, bem entendido). (Zuenir Ventura)

É **correto** afirmar que

- A) o verbo *dar* (1ª linha) aparece com os dois complementos exigidos pela sua regência. E as conjunções “*não só...como também*” (1ª linha) são coordenativas explicativas.

- B) o pronome *eles* (final da 1ª frase) retoma a primeira palavra do texto. Esta exerce a função de agente, sendo um pronome demonstrativo.
- C) no 1º período, ocorrem várias orações independentes, mas há também uma subordinada substantiva objetiva indireta.
- D) o trecho “...*não se descobriu...*” (penúltima linha) apresenta caráter passivo analítico e o pronome *isso* refere-se ao que foi dito anteriormente.
- E) na última frase, há uma idéia comparativa. Há também duas orações com conectivos elípticos (sem celular, bem entendido).

Leia o poema de Paulo Leminski para responder às questões 94 e 95.

### Suprasumos da quintessência

O papel é curto.  
Viver é comprido.  
Oculto ou ambíguo,  
tudo o que digo  
tem ultrasentido.

Se rio de mim,  
me levem a sério.  
Ironia estéril?  
Vai nesse ínterim,  
meu inframistério

94 – No poema,

- A) o poeta refere-se à produção escrita partindo de uma generalização.
- B) a palavra que representa o texto escrito é papel, pois há estreita contigüidade de sentido entre ambos.
- C) os adjetivos que se referem, diretamente, à poesia são: *oculto* / *ambíguo* / *ultrasentido* / *inframistério*.
- D) considerando o título, esse texto, por ser profundo, não deve ser lido de forma irônica. A expressão “*ironia estéril*” comprova isso.
- E) há um jogo de contrários. Somente a expressão “*suprasumos da quintessência*” conduz o leitor a sintetizar essa contradição implícita.

95 – Pela leitura, conclui-se que

- A) o poeta fez uma brincadeira poética com as palavras *suprasumos* e *quintessência*, porque, seguindo o léxico da Língua Portuguesa, a primeira palavra deveria estar grafada: *supra-sumos*. Quintessência existe na Língua Portuguesa, é uma variante.
- B) não há alteração quanto à grafia da palavra *ultrasentido*. Ela segue a regra do hífen em palavras com prefixo *ultra*, seguido de *s*, que devem ser escritas sem hífen. Por exemplo: ultrasonografia.
- C) segundo o processo de formação das palavras, em *quintessência* ocorre uma composição por aglutinação, assim como ocorre o mesmo processo nas palavras *aguardente* e *girassol*. Quinta-essência significa “*o que há de mais perfeito / o mais alto grau*”.
- D) o prefixo da palavra *inframistério* significa “na parte inferior”, “abaixo”. Essa palavra está escrita incorretamente. O poeta optou pela omissão do hífen em todas as palavras com prefixos.
- E) o verbo *viver* (2º verso), se viesse precedido do artigo *o*, passaria por um processo de formação de palavras, porque o artigo transformaria o verbo numa palavra substantivada. Assim como a palavra *o combate*, por exemplo, do verbo *combater*.

96 – Leia os textos e frases, abaixo, e assinale a alternativa que faz a análise **correta**.

- A) Neste depoimento de uma jovem: “Fiz a cirurgia com 16 anos. Não fiz pelas outras pessoas, fiz para me olhar no espelho e me sentir bem. Eu sinto como se o meu corpo tivesse absorvido o silicone, como se

o peito fosse meu mesmo. E é: meu pai pagou e ele é meu.” – C.S., 17, sobre cirurgia plástica que fez nos seios, ontem na Folha. (Folha de SP, ago./04) - refletindo sobre pronomes possessivos, na expressão: “...como se o peito fosse meu mesmo.”, há uma posse adquirida e na expressão “E é: meu pai pagou e ele é meu.”, o sentido é de posse por natureza. Pode-se dizer, também, que há duas possibilidades de interpretação da última frase, só que uma delas é descartável.

B) Na frase: “Muitas emissoras falavam das denúncias de abuso sexual contra Michel Jackson.”, analisando o contexto e as exigências da Língua Portuguesa quanto à coerência, coesão e regência, conclui-se que: colocada depois de dois substantivos, a preposição *contra* relaciona-se apenas com um dos termos. É necessário aproximar a preposição *contra* do termo que efetivamente a rege. Caso contrário, ocorrerá a ambigüidade.

C) A concordância das frases “Aos domingos, assistem-se a programas que não desenvolvem a cultura.” e “Não se deve poupar esforços para despoluir o rio.” está correta.

D) Os períodos “Procuraremos os estudantes e peça-mos desculpas.” / “Nada contentá-lo-á enquanto não tiver a paz interior.” e “Conceder-lhe-ia licença.” estão corretos quanto à flexão e colocação pronominal.

E) No trecho “Um pecuarista de Alegrete, no Rio Grande do Sul, não suportando mais os problemas que lhe causavam os caçadores da região, mandou colocar na porteira de sua fazenda uma placa de madeira com este aviso: ‘É proibido atirar em qualquer coisa que se mexa neste campo. Poderiam acertar no capataz.’”, a 1ª oração adjetiva está na ordem inversa.

97 – De acordo com os padrões da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **correta**.

A) A relação entre a palavra denotativa grifada e a sua classificação está incorreta nas frases:

“A Senhora não trabalha e ainda reclama?” (adição) e “Foram assaltados por um mascarado, alias, por dois.” (retificação).

B) Alguns substantivos, ao receberem a desinência s de plural, alteram o timbre de sua vogal tônica, passando de o fechado para aberto, como acontece com as palavras *poço* / *almoço*.

C) Nas frases “É importante que o empreendimento continue, pois isso não constitue problema.” e “É possível que o medicamento atenue a febre do paciente, ele possui resistência.”, as palavras grifadas estão com a forma verbal flexionada corretamente.

D) São formas variantes aceitas na Língua Portuguesa os seguintes pares: *efeminado* – *afeminado* / *hein!* – *hem!* / *televisar* – *televisionar* / *maquilagem* – *maquiagem* / *cotidiano* – *quotidiano* / *aluguel* – *aluguer*.

E) Na frase “Comprei a gengibre para fazer remédio, o mascote está com a entorse incomodando.”, os substantivos grifados estão com a flexão de gênero correta. E a concordância da frase, a seguir, está correta: “Os réus devem ficar o mais afastados possíveis”.

98 – Observe a seguinte propaganda e assinale a alternativa **correta**.





# Seja mais um filho da mãe.

5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente.  
É uma grande oportunidade para você mostrar que não é um filho desnaturado:  
acesse [www.sosmatatlantica.org.br](http://www.sosmatatlantica.org.br) ou ligue (11) 3055 7888,  
conheça nossos projetos e afilie-se. A mãe natureza será eternamente grata.

Anúncio do S.O.S. Mata Atlântica. IV Thompson

**FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA**



- A) O texto verbal dessa propaganda refere-se, implicitamente, ao leitor.
- B) Sabendo que a propaganda, via de regra, estrutura-se em três partes, pode-se dizer que esta apresenta apenas dois elementos: a imagem e um texto explicativo.
- C) Do ponto de vista lingüístico, explora-se a linguagem conotativa e a função conativa, que se manifesta divulgando as idéias.
- D) A frase “Seja mais um filho da mãe.” pode ser mal interpretada. É melhor reescrevê-la da seguinte forma: “Seja mais um filho da natureza.” A imagem confirma o fato de que mãe representa o meio ambiente.
- E) A denotação das idéias apresentadas mostra-se através da natureza personificada, pois há a idéia de que a natureza retribuirá pela preservação. Dessa forma, o texto usa um forte argumento para justificar a afiliação do leitor à ONG.

99 – Sobre as afirmações abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- A) Sobre a maneira de apresentar enredo e personagem, o processo narrativo depende de quem conta a história. Nos trechos, a seguir, ocorrem os focos narrativos: narrador-observador e narrador-onisciente, respectivamente: “Baleia respirava depressa... Antes de deitar, Sinhá Vitória retirava dali os carvões e a cinza, varria com um molho de vassourinha o chão queimado e aquilo ficava um bom lugar para

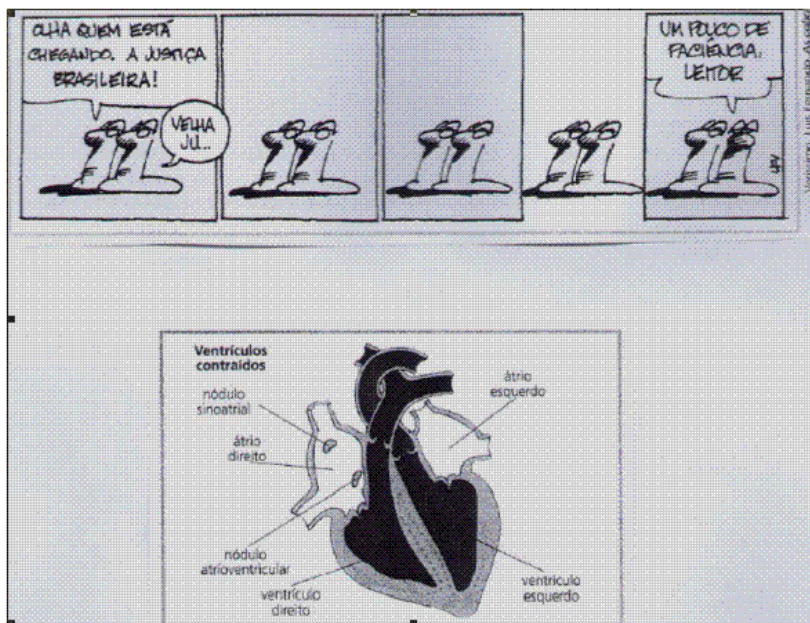
*cachorro descansar. O calor afugentava as pulgas...” (G. Ramos) / “Curvado no guidão lá vai ele numa chispa. Na esquina dá com o sinal vermelho e não se perturba – levanta vôo bem na cara do guarda crucificado...” (D. Trevisan)*

B) A tira e a figura abaixo estão centradas na função metalingüística, pois a primeira procura esclarecer como é a justiça brasileira e a segunda esclarece sobre o coração.

C) O trecho - “Antecipando-se a Freud, Shakespeare dizia que o homem é feito da mesma matéria de seus sonhos. O medo, a angústia, o ciúme, o ódio, a luxúria, o amor assaltam nossas noites e se aferram à nossa alma, tornando-a frágil ou forte, má ou generosa. Em última instância, somos o que sonhamos, dizia o autor de Hamlet.” (Tudo – O livro do conhecimento, nº 165) - apresenta como processo lógico-expositivo apenas a definição.

D) A Língua Portuguesa está repleta de palavras polissêmicas. Dois bons exemplos são as palavras *linha* e *ponto*, que têm dezenas de acepções. Só que a polissemia desaparece quando ocorre a semântica contextual.

E) A distinção entre o discurso indireto e indireto-livre é que este interfere na fala da personagem. As palavras da personagem não são reproduzidas, mas traduzidas na linguagem do narrador. Naquele, o narrador está traduzindo, com suas palavras, a fala da personagem, em 3ª pessoa. Porém, sem aviso prévio,



100 – Assinale a alternativa que relaciona **corretamente** a frase e a justificativa quanto à coesão textual.

A) No período “Ao dizer que todo o desejo de que os amigos viessem à sua festa desaparecera, uma vez que seu pai se opusera à realização.”, a oração principal está invertida, complicando a construção.

B) A frase “Embora o Brasil possua um solo fértil e imensas áreas de terras plantáveis, vamos resolver o problema da fome.” contém elementos de coesão que servem para estabelecer gradação entre os componentes de uma certa escala.

C) O contexto “O perdão enobrece, a vingança rebaixa: esta é própria dos escravos, aquele é a virtude dos nobres.” é construído com anafóricos / Na frase “Os sapatos enterram-se na areia; o reflexo do sol cega-lhe os olhos; agudo fio de navalha, o vento corta-lhe a pele.”, os termos grifados classificam-se como pronomes possessivos.

D) O trecho “Chegaram instruções repletas de recomendações para que os participantes do congresso , que, por sinal, acabou não se realizando por causa de fortes chuvas, que inundaram a cidade e

*paralisaram todos os meios de comunicação.*” Tem progressão aceitável, visto que a 1ª oração subordinada trouxe a sequência de informações.

E) Os períodos “*Se estas indústrias são poluentes, devem abandonar a cidade, para que as boas condições de vida sejam preservadas.*” e “*O homem que tenta mostrar a todos que a corrida armamentista que se trava entre as grandes potências é uma loucura.*” estão com os elementos de coesão de acordo com as regras do sistema lingüístico.